

O funcionamento do diccionario del español del uruguay e sua noção de língua

Natieli Luiza Branco

Submetido em 10 de setembro de 2016.

Aceito para publicação em 17 de outubro de 2016.

Cadernos do IL, Porto Alegre, n.º 52, dezembro de 2016. p. 90-108

POLÍTICA DE DIREITO AUTORAL

Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

- (a) Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License, permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.
- (b) Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.
- (c) Os autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal) a qualquer ponto antes ou durante o processo editorial, já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado.
- (d) Os autores estão conscientes de que a revista não se responsabiliza pela solicitação ou pelo pagamento de direitos autorais referentes às imagens incorporadas ao artigo. A obtenção de autorização para a publicação de imagens, de autoria do próprio autor do artigo ou de terceiros, é de responsabilidade do autor. Por esta razão, para todos os artigos que contenham imagens, o autor deve ter uma autorização do uso da imagem, sem qualquer ônus financeiro para os Cadernos do IL.

POLÍTICA DE ACESSO LIVRE

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona sua democratização.

<http://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/index>

Sexta-feira, 30 de dezembro de 2016

23:59:59

O FUNCIONAMENTO DO *DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY* E SUA NOÇÃO DE LÍNGUA

THE WORKING OF THE *DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY* AND YOUR LANGUAGE NOTION

Natieli Luiza Branco^{1*}

RESUMO: Neste trabalho, temos por objetivo analisar como se dá o funcionamento da noção de língua no *Diccionario del Español del Uruguay*, da Academia Nacional de Letras de Uruguai, publicado em 2011, e, nesse viés, explicitar que esse dicionário ocupa um lugar diferenciado para se pensar tal noção. Para realizar esta análise, tomamos o dicionário como objeto discursivo e como instrumento linguístico de acordo com os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa em articulação com a História das Ideias Linguísticas. Observamos, nesse dicionário, uma necessidade de afirmação de uma língua própria em um instrumento linguístico produzido em um país colonizado, em uma tentativa de instrumentalização da língua espanhola do Uruguai.

PALAVRAS-CHAVE: dicionário; discurso; língua.

ABSTRACT: In this paper, our aim is to analyze how is the working of language notion in the *Diccionario del Español del Uruguay* of the National Academy of Uruguay Letters, published in 2011, and in this bias also explicit that this dictionary occupies a different place to think such a notion. To perform this analysis, we take the dictionary as a discursive object and as a linguistic tool in accordance with the theoretical and methodological principles of French Discourse Analysis in conjunction with the History of Linguistic Ideas. In light of this, we observed, in this dictionary, a need for affirmation of their own language in a linguistic tool produced in a colonized country, in an attempt to instrumentalization of the Spanish language in Uruguay.

KEYWORDS: dictionary; discourse; language.

1. Considerações iniciais

O presente trabalho tem por objetivo investigar o funcionamento do *Diccionario del Español del Uruguay* (2011) – primeiro dicionário da Academia Nacional de Letras do Uruguai –, sobretudo, verificar o funcionamento da noção de língua nessa obra e se podemos tratá-lo como um gesto de descolonização linguística. Para isso, tomamos os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa, pois, nessa perspectiva teórica, podemos estudar o dicionário como discurso, verificar suas condições de produção e trabalhar com a articulação entre língua, história e sujeito.

¹ Doutoranda em Letras – Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria; nati.branco@yahoo.com.br.

Tomamos, também, os pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas, em vista de estudarmos os dicionários como instrumentos linguísticos dotados de tecnologia para construir sua relação com o saber linguístico. Ainda, levamos em consideração os estudos sobre dicionários de Luis Fernando Lara, linguista e lexicógrafo, que contribuem para compreender a dicionarização² hispano-americana, bem como os estudos de José Horta Nunes sobre a dicionarização brasileira.

A articulação entre as teorias da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas traz “condições metodológicas para se ler com outros olhos esses objetos [os dicionários]” (NUNES, 2006, p. 13), possibilitando lê-los como “lugares de descrição das línguas, tendo um papel fundamental na reprodução, transformação e circulação dos discursos em uma sociedade” (NUNES, 2006, p. 13). Desse modo, esta articulação permite observar e compreender “o modo como ele [dicionário] produz sentidos em certas conjunturas” (Nunes, 2006, p. 15). A relação entre língua, sujeito e história é determinante para a constituição do sentido e do sujeito e essa mesma relação aparece na análise dos dicionários. Como afirma Nunes (2006, p. 19), “os sentidos dos dicionários são considerados na relação indissociável com os sujeitos tomados em seu modo social e histórico de existência”. Por isso, de acordo com o referido autor, tomamos o dicionário como discurso e como prática de saber.

Cada obra, conforme Auroux (1992), possui um horizonte de retrospectão (tem seu tempo, espaço e memória³) e um horizonte de projeção (projeto de construção do futuro olhando para o passado), ou seja, temos que tratar os instrumentos linguísticos como parte da construção de tecnologia do saber linguístico e considerá-los em sua dimensão histórica e social. Considerando o que foi produzido, podemos recortar uma temporalidade, compreendê-la e constituir um saber. Desse modo, consideramos que compreender a produção de dicionários em um país que foi colonizado, como é o caso do Uruguai, é considerar a história e a memória da colonização linguística, porque ela ressoa, significa e ressignifica na atualidade e na língua.

Em vista disso, o primeiro gesto de interpretação é estabelecer os movimentos teóricos entre língua, sujeito e história, por meio de uma breve conceituação dessas noções que nos permitem olhar para o dicionário de outro modo, bem como situar o dicionário nos estudos da Análise de Discurso e nos da História das Ideias Linguísticas. O segundo gesto, a fim de analisar o funcionamento desse dicionário, é verificar o funcionamento da noção de língua na história da constituição do Estado-nação, o que nos dá as designações de língua nacional, língua materna, língua regional, etc. A essas questões, acrescenta-se a constituição da língua em países colonizados e colonizadores,

2 De acordo com Nunes (2006, p. 45), dicionarização é “o processo histórico-discursivo de constituição dos dicionários”.

3 Consideramos o conceito de memória proposto por Orlandi (2009). A autora define a memória como o todo, o já-dito, o falado e o esquecido; é algo que fala antes em outro lugar e que “torna possível todo dizer” (ORLANDI, 2009, p. 31). A memória permite a relação do discurso com os sujeitos e a ideologia, pois há “uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo” (ORLANDI, 2009, p. 32).

e, com isso, como é marcado o processo de colonização e descolonização linguística nos instrumentos linguísticos promovendo a heterogeneidade linguística – fala-se a mesma língua, mas diferente. Um último gesto de interpretação é verificar as condições de produção que circunscrevem esse dicionário e como o dicionário e a língua são tratados nos seus textos introdutórios. Os resultados de nossos gestos de interpretação indicam que o *Diccionario del Español del Uruguay* apresenta mais do que uma variedade da língua espanhola, ele mostra e reforça o diferente, fortalecendo a construção de um processo de descolonização linguística uruguaia.

2. Os dicionários como objetos discursivos e instrumentos linguísticos na articulação entre língua, sujeito e história

Tomamos os dicionários como um ponto central de nosso trabalho porque concordamos com Orlandi (2002, p. 109) que eles “fizeram e fazem parte da constituição de nossa identidade” dando “realidade à nossa inscrição na língua nacional. São parte de nossa representação como povo, como nação, tendo uma unidade marcada pela unidade da língua que, por sua vez, representa a unidade do Estado”. Ainda segundo a referida autora, na dicionarização, “a trama da linguagem se impõe aos sujeitos de uma língua nacional” (ORLANDI, 2002, p. 118). É por meio desses instrumentos linguísticos que se estabelecem relações entre a língua, o sujeito e o saber linguístico.

Para uma língua ser organizada em dicionários e gramáticas, ela precisa ser gramatizada. Com isso, Auroux (1992, p. 65) define a gramatização como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”⁴. Através desses dois instrumentos temos o saber *a* língua e o saber *sobre* a língua, e construímos nosso saber metalinguístico. É neles que “guardamos” a língua e a ensinamos e aprendemos. Os instrumentos linguísticos – dicionários e gramáticas – são, realmente, os “pilares” do nosso saber sobre a língua, pois os utilizamos para prolongar nossa competência linguística, ou seja, eles nos ajudam em nosso conhecimento sobre a língua. Entendemos, conforme nossa leitura de Auroux (2008), que os dicionários são representações da língua em certa conjuntura histórica. Assim, o dicionário possui uma organização que coloca a língua nacional como uma língua de referência. Em vista disso, concebemos o dicionário como instrumento linguístico porque ele é dotado de tecnologia, parte do processo de gramatização e da construção do saber sobre a língua (AUROUX, 1992).

4 Grifos do autor.

Ao encontro disso, também consideramos o dicionário como discurso⁵, pois o dicionário estabelece relações entre sujeito, língua e história, sendo constituídos de memória (NUNES, 2006). Desse modo, analisar o dicionário não nos permite apenas verificar qual sentido se estabelece nele, até porque os sentidos estão em movimento. A análise do dicionário nos permite compreender as relações do sujeito com a língua e as relações do dicionário com a história, para, assim, compreendemos a relação do discurso com a historicidade do sujeito. Olhar o dicionário como discurso significa questionar o espaço de certeza que esta obra ocupa e deixar lugar para os gestos de interpretação. Portanto, o dicionário é um espaço para “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (NUNES, 2006, p. 11). Ou seja, nos dicionários estão os discursos que circulam em determinado momento histórico e produzidos por sujeitos que viveram este determinado momento histórico.

Cabe apresentar, então, algumas considerações sobre as noções de língua, sujeito e história, visto que é com base nesses conceitos que vamos orientar nosso olhar para o dicionário. A língua, concebida na perspectiva discursiva, de acordo com Orlandi (2009), é tomada não como um sistema fechado, organizado em si, mas como não transparente e sujeita a falhas. A língua e a linguagem não são transparentes, pois têm como constitutiva a história. Em vista disso, Orlandi (2008, p. 36) afirma que “a linguagem *é* sentido e a história *faz* sentido”⁶. É preciso tomar a língua para entender a história e precisamos compreender a história para compreendermos o discurso. O que estabelece uma relação constitutiva entre língua e história. Para Orlandi (2007), mais do que a organização da língua em regras de classificação, é necessário observar a ordem da língua, ou seja, o seu funcionamento e as suas falhas, pois, ao passar “da instância da organização para a da ordem, se passa da oposição empírico/abstrato para a instância da forma material em que o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si” (ORLANDI, 2007, p. 49). Mais do que observar as relações sintáticas entre enunciados, é preciso compreender como essas relações produzem sentidos, levando em conta, além do linguístico, o histórico.

Com base na relação constitutiva entre língua e história, entende-se a história como produção de sentidos, relação dos sujeitos com a exterioridade e constitutiva do sujeito e dos sentidos, e não como cronologia, evolução e/ou historiografia. Conforme Orlandi (2008, p. 18), “é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história”. A história é constitutiva da linguagem, porque o que interessa são “os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 2007, p. 33) em uma determinada condição de produção⁷. Há uma relação entre história e historicidade, de acordo com Orlandi (2007). A historicidade – produção de sentidos no texto – coloca a história como constitutiva, pois há uma relação entre a história lá fora e a historicidade do texto,

5 Ressaltamos que concebemos discurso como “‘efeitos de sentidos’ entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81). E esses “efeitos de sentidos” são mais que transmissão de informação, são relações históricas, sociais, ideológicas.

6 Grifos da autora.

mas essa relação não é direta, ou seja, “não é mero reflexo do fora, mas se constitui já na própria tessitura da materialidade linguística” (ORLANDI, 2008, p. 35). A relação com a história, segundo Orlandi (2008) é dupla, pois um discurso é histórico quando é produzido em determinadas condições de produção e projeta-se para o futuro e porque cria uma tradição e influencia novos acontecimentos. Fato que torna a história constitutiva da linguagem. Por isso, pensamos a colonização linguística, concordando com Mariani (2004), como um encontro entre uma memória e uma atualidade, entre a tradição de uma língua nacional de um Estado-nação colonizador e a reorganização dessa língua em um Estado-nação colonizado (conforme será tratado na seção seguinte desse trabalho).

Para compreender o funcionamento da língua nos dicionários, tratamos o dicionário como um discurso que pode também ser considerado como uma prática, desse modo, “o dicionário é um produto de práticas exercidas em determinadas conjunturas”, pois envolve posições sociais (de lexicógrafos, leitores, estudiosos, historiadores, etc.) e é produzido em determinadas condições de produção. Não devemos observar somente o linguístico, mas também o contexto da enunciação, segundo Orlandi (2009), que é o contexto imediato – o aqui e o agora do dizer – e o contexto sócio-histórico, ideológico, que é o contexto mais amplo. Além do contexto, ou melhor, da circunstância, também interfere nas condições de produção a posição sujeito, pois, dependendo do momento histórico, temos uma determinada posição sujeito.

O sujeito discursivo se constitui porque se submete à língua e à história e é por esse motivo que produz sentidos, sendo “sujeito de e sujeito à” (ORLANDI, 2009, p. 49), nesse viés entendemos que o sujeito não é uma noção psicológica ou empírica e só tem acesso à parte de seu dizer. Dessa forma, o sujeito discursivo ocupa posições para poder ser sujeito do que diz e essa posição não lhe é acessível de forma direta, pois “o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia” (ORLANDI, 2009, p. 49). A ideologia é uma questão importante para a Análise de Discurso, porque ela está presente mesmo aparentando não estar e ela ajuda a termos uma relação menos ingênua com a linguagem e com o mundo. A própria interpretação atesta a presença da ideologia, “já que o homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar” (ORLANDI, 2008, p. 43), pois não há sentido sem interpretação, nem interpretação sem ideologia. Mesmo quando o sentido nos parece transparente, há presença da ideologia. Desse modo, concordamos com Orlandi (2012) que ideologia não é ocultação, mas produção de evidências. Conforme Orlandi (2009), precisamos dessa evidência de transparência, dada pela ideologia, para que o sujeito se coloque na sua condição sócio-histórica e produza sentidos. Assim, para a Análise de Discurso, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, ele toma posições, e assim, podemos falar em posições de sujeito.

Em vista disso, consideramos o sujeito lexicógrafo/dicionarista como uma posição assumida para produzir o dicionário, “uma posição de sujeito historicamente

7 Por condições de produção, entendemos as “formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam” (NUNES, 2006, p. 19).

constituída” (NUNES, 2006, p. 21). Para Nunes (2006), o sujeito lexicógrafo/dicionarista aparece como aquele que domina os sentidos e os sujeitos - distribuindo as significações de acordo com sua construção da imagem do outro -, porém, ele se esquece de que está falando a partir de uma posição em uma formação social e que as palavras podem ter outros sentidos. Podemos dizer que o sujeito produtor de um dicionário ocupa uma posição sujeito dicionarista/lexicógrafo constituída historicamente. Segundo Nunes (2006), o sujeito lexicógrafo/dicionarista aparece como aquele que domina os sentidos e os sujeitos, distribuindo as significações de acordo com sua construção da imagem do outro. Porém, ele esquece⁸ que está falando a partir de uma posição em uma formação social.

A sociedade circunscreve a produção dos dicionários, e o sujeito dicionarista/lexicógrafo está inserido nessa conjuntura histórica que vai ser determinante na produção de seu discurso sobre a língua. Conforme Petri (2009), o sujeito dicionarista toma a língua como sua, pois, antes de ser lexicógrafo/dicionarista, o sujeito também é falante da língua; no entanto, em uma posição de lexicógrafo/dicionarista, ele deixa a “sua” língua e trabalha sobre a língua. Para produzir um saber sobre a língua, o sujeito precisa distanciar-se desta posição de falante para tratar de uma língua resultante do processo de gramatização. Dando-se, com isso, o efeito de completude da língua e o efeito de sua transparência.

Com a relação entre língua, sujeito e história temos “uma outra visão do dicionário”, pois “tomar dicionário como um objeto histórico implica tanto em observar a estabilização dos sentidos em circunstâncias específicas, quanto em apreender suas transformações, suas atualizações, suas rupturas” (NUNES, 2007, p. 173) estabelecendo, com isso, uma tradição dicionarística. Assim, os dicionários são construções intelectuais, segundo Lara (1996), que dependem da memória da sociedade. É com os dicionários que essa memória é organizada e se torna passível de reflexão. Com isso, o dicionário não é somente um catálogo que descreve o léxico de uma língua, mas representa a realidade social e a memória coletiva da comunidade linguística. Os dicionários trazem informações sobre a língua e sobre a sociedade, podendo mobilizar a historicidade de um país. O dicionário é mais que um simples instrumento de consulta, é objeto da Linguística, da Lexicografia, da sociedade e da história, porque “es un fenómeno lingüístico y cultural de primer orden”⁹ (LARA, 1996, p. 263) que não depende somente dos princípios metodológicos da lexicografia, mas também da sua relação com a sociedade, com a exterioridade.

3. Língua e nação – a heterogeneidade linguística

8 Temos, com isso, os esquecimentos número um e número dois propostos por Pêcheux ([1975] 2009); em que no esquecimento número um o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer. E no esquecimento número dois, o sujeito tem a ilusão de controlar os sentidos e esquece que os sentidos podem ser outros.

9 Tradução nossa: “é um fenómeno linguístico de primeira ordem”.

Nessa seção do trabalho, procuramos compreender, mesmo que brevemente, a importância da noção de língua para a constituição das nações. E essa relação é antiga, já que remonta à Idade Média. Sabemos que definir nação é uma tarefa complexa e que temos que atentar para suas concepções ao longo da história. Não pretendemos explicitar em pormenores todas as concepções de nação face a suas determinações e sim compreender o funcionamento da língua nacional, principalmente, na concepção moderna (que é a do Estado-nação), pois concordamos que a ideia de nação e de Estado passa pela ideia de língua.

Para a constituição do Estado, deve haver uma língua nacional – construção imaginária que deve ser una e homogênea – que, como coloca Orlandi (2002), é essencial para a identidade do país. Nesse sentido, para haver essa língua é necessário que ela seja escrita e gramatizada, sendo assim, também “os instrumentos linguísticos constroem uma unidade para a língua” (NUNES, 2008, p. 120), o que é necessário para a escolarização, pois a escola tem um papel de difusora da língua adotada como nacional. Segundo Sturza (2006, p. 27), “a formação dos estados nacionais uruguaio, argentino e brasileiro ocorreu em um mesmo período histórico, na segunda década do século XIX” e, com a formação de Estados independentes, “passaram a reivindicar o direito de soberania sobre seus territórios e a buscar meios de estabelecer uma unidade nacional”. E uma forma de estabelecer a unidade nacional é por meio da unidade linguística proporcionada pelos instrumentos linguísticos.

O critério da língua nacional é responsável pelo reconhecimento da comunidade linguística enquanto pertencente a uma nação, “é pela discursividade que se naturalizam os vínculos de pertencimento dos sujeitos a uma nação, e assim o processo de construção de uma ‘consciência nacional’” (ZANDWAIS, 2013, p. 272). Nesse âmbito, a autora chama atenção ao fato de que “as línguas nacionais, tomadas como objeto da unidade de um Estado-nação são línguas idealizadas” (ZANDWAIS, 2013, p. 272), porque para ter a unidade linguística, as línguas nacionais passam a ter um padrão, distanciando-se, desse modo, da realidade do povo e da história. Nesse viés, Orlandi (2009b, p. 13) propõe a “língua nacional como sendo este imaginário de língua que se reveste de uma unidade que cobre assim um território correspondendo a um Estado-nação [...]. E é com a língua nacional que o Estado se apresenta com sua soberania frente a outros Estados”. A língua, de qualquer modo, ocupa um lugar importante para a constituição de um Estado, de uma nação, de um país.

Podemos dizer que, com a formação de um Estado-nação, há a imposição de uma língua nacional que dará lugar à produção de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários), originando, conseqüentemente, a norma para contribuir à unidade nacional. Essa unidade faz com que, imaginariamente, falemos a mesma língua que o Estado controla por meio da escolarização, pois é na escola onde se aprende a “ser e pensar nacionalmente” (DI RENZO, 2012, p. 43), onde se institucionaliza a língua como unidade do Estado por meio de uma imposição de política de línguas. Atentar para o ensino da língua nacional e para os instrumentos linguísticos permite compreender como a prática com a língua se textualiza e constitui o cidadão. Desse modo, segundo Di Renzo (2012), a língua nacional é fundamental para a construção da ideia de nação. E a construção da nação é fundamental para a construção da cidadania por meio de

processos de identificação. Além da relação língua/nação, há a relação língua/Estado pela qual há produção de sujeitos e de políticas para construir a unidade. Os sentidos que se estabelecem entre língua nacional, cidadania e nacionalidade passam por políticas de línguas¹⁰.

Considerando o exposto, entendemos nação como relacionada a território, língua, história comum, bem como a Estado e sociedade. Não descartamos a necessidade de uma unidade linguística para a constituição de uma nação, mesmo sendo essa imaginária, sendo esse um princípio de nacionalidade. Acreditamos que a língua foi fundamental para a ideia de nação que também perpassa pela construção da cidadania e culmina na identificação dos sujeitos com o Estado. Por isso, entendemos nação como sendo um princípio para a coletividade e Estado como sendo a materialização desse princípio (DI RENZO, 2012).

Nessa reflexão a respeito de uma língua homogênea na constituição da língua nacional, silenciando a língua em uso, Orlandi (2008) apresenta dois tipos de funcionamento da língua. Para a autora, a unidade da língua é imaginária porque é construção, sistematização. Línguas imaginárias são “línguas-sistemas, normas, coerções, línguas-instituições, a-históricas” (ORLANDI, 2008, p. 87). Porém, o funcionamento da linguagem se dá com a língua fluida que é aquela “que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e fórmulas” (ORLANDI, 2008, p. 86), ela se movimenta. O português e, diríamos, também o espanhol, enquanto línguas nacionais, são línguas imaginárias. Como exemplos de língua imaginária, Orlandi (2009a, p. 18) considera a língua-mãe, a língua-ideal (lógica), a língua universal (esperanto), a língua *standard* (a língua normatizada) e a língua gramatical. A língua fluida é aquela que “não tem limites”, é “a língua movimento” que vai além das normas. Concordamos com Orlandi (2002) que essas duas noções de língua colocam em jogo o contato cultural e histórico entre as línguas.

Ao encontro disso, trazemos a noção de heterogeneidade linguística proposta por Orlandi (2012) para acrescentar a reflexão a respeito do funcionamento da língua em países colonizados. Assim, “no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que chamaria de dupla” (ORLANDI, 2002, p. 23) – fala-se, portanto, a mesma língua, mas fala-se diferente. A mesma língua seria o espanhol e/ou o português, a fala diferente poderia ser percebida no espanhol do Uruguai e/ou no português do Brasil, por exemplo. Considerando a diferença como heterogeneidade, devemos pensar as relações entre as diferentes formações discursivas¹¹ que se constituem nas relações de paráfrase, pois todo o discurso tem sua relação com outros, de acordo com Orlandi (2008). “Os

10 De acordo com Orlandi (2007a), falar em política de línguas é tratar o político como constitutivo da língua e consideramos que a “escolha” de uma língua nacional é uma escolha política.

11 De acordo com Pêcheux ([1975] 2009, p. 147), formação discursiva é “aquilo, que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito [...]” (grifo do autor).

sentidos circulam” (ORLANDI, 2008, p. 49) e por circularem eles não são origem, mas efeitos. Desse modo, a colonização é uma formação discursiva que produz diferentes sentidos entre a posição sujeito colonizador e a posição sujeito colonizado. Entretanto, “o europeu nos constrói como o seu ‘outro’ mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o ‘outro’, mas o outro ‘excluído’, sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem o nosso ‘outro’” (ORLANDI, 2008, p. 54).

Em vista disso, remetemo-nos à colonização linguística e, por conseguinte, a Mariani (2004). Segundo a autora, colonização é “a coexistência de povos com histórias e línguas em dado momento histórico” (MARIANI, 2004, p. 23), é um contato com tensões e conflitos que se dá por causa das diferenças. Com isso, temos a colonização linguística como “imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único” (MARIANI, 2004, p. 25). Desse modo, a língua do colonizador é imposta por meio de condições políticas e jurídicas e “o lugar de onde o colonizado fala se constitui no entremeio da heterogeneidade linguística inerente à colonização” (MARIANI, 2003, p. 74).

Acreditamos que essas reflexões não se distanciam com a constituição da língua espanhola no/do Uruguai, pois o espanhol hispano-americano vai adquirindo características próprias que singularizam a língua espanhola, transformando-a em uma língua da Hispano-américa, conforme Oliver e Utrilla (1992). Ao encontro disso, Izquierdo e Utrilla (2010), apoiando-se em afirmações de Rivarola (1990) em seu livro *La formación lingüística de Hispanoamérica*, trazem que, assim como há as designações espanhol de América e espanhol de Espanha, há também as designações espanhol da Argentina, do Uruguai, da Venezuela, etc., pois cada país americano possui uma história onde se observa a heterogeneidade e a unidade da língua espanhola. A língua é a mesma, mas é diferente.

Em relação ao Uruguai, sua colonização foi lenta e tardia; pois, a Coroa Espanhola somente passou a se interessar por essas terras para conter a invasão portuguesa e de outras nações europeias. Até o século XVIII, o Uruguai não contava com uma densidade demográfica nem com centros urbanos; era a cidade de Montevideu que, desde o começo da colonização, concentrava a maior densidade populacional. A partir do século XIX, segundo Coll (1994), com a modernização e urbanização do Uruguai, iniciaram-se também as reflexões sobre a língua, com a criação da primeira biblioteca, do primeiro instituto acadêmico e da ampliação da escola pública. Com a independência do Uruguai (em 1828), houve a necessidade de escolher uma língua, e isso requeria optar ou pelo modelo castelhano¹² ou pelo local¹³. De acordo com Oroño (2011; 2012), a escola teve forte participação nessa escolha, pois, nos textos escolares,

12 Empregar as designações “castelhano” ou “espanhol” traz à tona uma oposição entre Espanha e América e entre algumas regiões de Espanha. Designamos a língua ora “castelhana” ora “espanhola” de acordo como os autores pesquisados a designam em seus textos, mas em nossos comentários adotamos o “espanhol”.

13 A língua do Uruguai teve contato com a língua espanhola, africana, italiana e portuguesa. Ver mais em Bertolotti e Coll (2006), Elizaincín (1992).

apareciam denominações de língua. A referida autora afirma que, nos anos noventa do século XIX, a denominação que prevalecia era a de “castelhano”, enquanto, nos anos quarenta do século XX, era a de “idioma nacional”. Predominava, portanto, um modelo peninsular, em um primeiro momento, e depois um modelo local que consolidou o sentimento nacional a partir da língua. Em vista disso, a língua espanhola do Uruguai se consolidou como nacional/do Estado quando foi introduzida na educação escolar, fato que ocorreu com o Decreto-lei de Educação comum que garantia a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino escolar, com a língua espanhola como a única língua de instrução; o que contribuiu para a unificação linguística e cultural, promovendo um Estado monolíngue. Com isso, de acordo com Garatea (2013), o espanhol é uma língua que cruza o oceano e se transforma, pois ela não é formada somente por gramática e regras, é também dinâmica, heterogênea e tem historicidade. E o contato se faz com sujeitos. O que nos leva à noção de colonização e também à de descolonização linguística.

Com isso, se, por um lado, temos a colonização linguística, por outro, há o acontecimento da descolonização linguística, em que se cria um imaginário que o país colonizado não se submete ao país colonizador. No processo de descolonização, há a “legitimação da língua” (ORLANDI, 2009a, p. 175), seja ela portuguesa, como trabalha a referida autora, seja ela espanhola. Com isso, os instrumentos linguísticos, conforme Orlandi (2012), auxiliam a constituição da língua nacional, pois configuram um imaginário de língua dentro de seu espaço e assim institucionalizam a relação dos sujeitos com a língua. Os processos de colonização e descolonização linguística funcionam, segundo Orlandi (2009a), por causa das condições sócio-históricas e do processo de memória dos países colonizados e colonizadores. Ambos os processos se relacionam com a unidade necessária e a diversidade concreta na constituição de uma nação, de um Estado.

Conforme Orlandi (2009a, p. 177), “o Brasil já é um país linguisticamente descolonizado. Embora restem, sempre, os efeitos ideológicos da colonização quando as condições os favorecem”. Se, por um lado, temos forte o processo de descolonização no Brasil, por outro, a memória da colonização sempre volta. O Brasil, em relação ao Uruguai, possui uma história na produção de instrumentos linguísticos e no processo de gramatização, bem como tem mais evidente e por mais tempo o processo de descolonização. Neste país ainda ressoam fortes as marcas da colonização linguística, ainda há espaços para discussão do nome da língua. Se, no lado brasileiro, é tratada a questão de língua brasileira, portuguesa, no lado espanhol, também se tem língua espanhola da Espanha, da Argentina, do Uruguai, etc.¹⁴ Por isso que neste trabalho temos como *corpus* um dicionário uruguaio, para mostrar que, embora de forma tardia, o Uruguai também busca constituir um processo de gramatização particular de sua língua nacional.

Desse modo, para a análise de dicionários, é necessário considerar a singularidade histórica de cada um, pois, “como todo discurso, o dicionário tem uma

14 Cabe dizer que o processo de descolonização no Brasil se deu por uma independência negociada, e este país é uma “ilha” da língua portuguesa no continente. Os países hispano-americanos tiveram seus processos de descolonização por meio de lutas pela independência.

história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos” (NUNES, 2006, p. 18). E pelo discurso lexicográfico conseguimos observar os “momentos” dessa história.

4. Por uma noção de língua no *Diccionario del Español del Uruguay*

A realização do *Diccionario del Español del Uruguay* (doravante DEU) se deu por ser um projeto financiado pela Comissão do Bicentenário da Independência do Uruguai e por ter sido realizado, no ano de 2012, o dia do patrimônio uruguaio com o tema “el lenguaje de los uruguayos”¹⁵. Em relação à estrutura de apresentação desse dicionário, ele possui três textos introdutórios. O primeiro, intitulado *Proemio*, é assinado por Adolfo Elizaincín, que é coordenador do Departamento de Língua e Literatura da Academia Nacional de Letras de Uruguai e também professor aposentado da Universidade da República (Montevideu), onde ministrava aulas de Linguística. O segundo texto é intitulado *Prólogo* e assinado por José María Obaldía que é presidente da Comissão de lexicografia da Academia Nacional de Letras de Uruguai, é escritor e também foi professor no ensino público. E o terceiro texto é intitulado *Preámbulo* e não apresenta quem o fez. Fato que nos suscita que talvez esse texto seja produzido pelos editores, já que também é preciso vender e promover a obra. Temos, assim, diferentes olhares e sujeitos sobre o mesmo dicionário: o de linguista, o de escritor e o mercadológico. Podemos observar esses diferentes olhares nos discursos dos textos¹⁶. O primeiro texto possui um discurso mais acadêmico, enquanto que, no segundo, observa-se um discurso mais entusiasmado e orgulhoso com o dicionário, ressaltando o trabalho de várias décadas e, no terceiro texto, temos um discurso que trata da feitura do dicionário, explicitando seu objetivo, seus leitores, seu *corpus*, seu número de verbetes, etc.

Nosso olhar se volta aos prefácios, pois, conforme Nunes (2006), os prefácios são materiais importantes para verificar as condições de produção do dicionário. É nesse espaço que percebemos a posição do sujeito dicionarista e o que esse sujeito entende por dicionário e por língua. E também “o plano da obra, a concepção de língua, o recorte da nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere” (NUNES, 2006, p. 33). Podemos dizer que o plano da obra é ser um dicionário da língua espanhola do Uruguai; nas sequências discursivas (SD) aqui selecionadas, há a noção de língua como uso – língua fluida –, mas que precisa ser instrumentalizada – estar em um instrumento linguístico – passando a ocupar um espaço próprio à língua imaginária; o recorte da nomenclatura e o procedimento lexicográfico indicam um

15 Tradução nossa: “a linguagem dos uriguaiois”.

16 As sequências discursivas SD1, SD2, SD3, SD4 foram retiradas do *Proemio*. As sequências discursivas SD5 e SD6 foram retiradas do *Prólogo* e a sequência discursiva SD7 foi retirada do *Preámbulo*.

dicionário contrastivo em relação ao Dicionário da Real Academia Espanhola¹⁷ e o contexto em que se insere é o do bicentenário da independência do Uruguai e da possível indicação de um gesto de descolonização linguística.

Como apresentamos anteriormente, o dicionário e a gramática fazem parte da gramatização porque são instrumentos pelos quais ensinamos e aprendemos a língua. Assim, quando o sujeito dicionarista nos coloca que uma língua sem dicionário é uma língua “solta” (conforme apresentado na SD1), remete-nos a uma dificuldade em sua “manutenção”, já que ela não vai ser nem ensinada, nem aprendida pelos métodos tradicionais da sociedade da escrita. Isso nos leva à negação da gramatização, do aprendizado, do conhecimento, da fixação da língua do Uruguai. Pois estamos em uma sociedade em que é a escrita e não a oralidade que legitima a língua. E, com isso, os instrumentos linguísticos têm seu lugar garantido.

SD1: *Una lengua sin diccionario [...] es una lengua que anda “suelta” [...]*.¹⁸

Assim, temos que a língua, quando está no dicionário, torna-se um “marco de referência”, reforçando o imaginário de que tem um funcionamento de *standard*, conforme observamos na SD2. O que nos leva a pensar que o dicionário traz alguns traços de uma língua imaginária e que uma nação precisa ter a língua “guardada” em um instrumento linguístico. Com isso, também se reforça um imaginário do dicionário como o “guardião” da língua. Além da tradição da Academia como aquela que “cuida” da língua.

SD2: *La existencia de diccionarios [...] testimonia el estatuto de la lengua estándar de una variedad determinada*.¹⁹

A Real Academia Espanhola (RAE), se vale do lema “limpia, fija e da esplendor”²⁰ para propagar sua política de unificação da língua espanhola. E a Academia de Letras do Uruguai também reproduz essa tradição “prendendo” a língua uruguaia em um instrumento linguístico, afinal uma língua se torna *standard* se está em um dicionário. O que prevalece é a unidade linguística. Apesar de haver a diversidade em um Estado-nação, é pela unidade que ele é constituído como tal. Desse modo, aparecem as normas linguísticas, a gramatização, as Academias e a escola para controlar a unidade

¹⁷ Esse dicionário, publicada a sua primeira edição em 1780, é uma das obras que marca o processo de dicionarização espanhola e está em sua 23ª edição.

¹⁸ Tradução nossa: “Uma língua sem dicionário [...] é uma língua que anda “solta” [...]”.

¹⁹ Tradução nossa: “A existência de dicionários [...] testemunha o estatuto da *língua standard* de uma variedade determinada”.

²⁰ Tradução nossa: “limpa, fixa e dá esplendor”.

da língua, também surgem os instrumentos linguísticos, como o DEU, para “estandardizar” e “irradiar” a língua do Uruguai. Na SD2, temos um regional que se dá a partir da diversidade (heterogeneidade) linguística (entre um império e sua colônia). Em vista disso, temos uma relação institucional entre a RAE e a Academia Nacional de Letras do Uruguai. A autoridade da RAE, enquanto instituição que regula a língua espanhola, se sobressai às outras Academias e estas irradiam suas normas linguísticas.

SD3: [Hay tipos de diccionarios] *que recogen las características de una variedad determinada del español, en este caso, el español rioplatense en su versión uruguaya.* ²¹

O sujeito dicionarista apresenta, na SD3, que a língua uruguaia pertence à língua rio-platense, definindo a região da qual irá tratar esse dicionário: a região do Rio da Prata. A designação “espanhol” nos dá o nacional, mas a designação “rio-platense” nos dá o regional. Tira a língua de um país – que não é o Uruguai e sim a Espanha – e a coloca em uma região que não é parte de um país e sim de um continente. O regional que temos aqui é diferente do percebido no Brasil, por exemplo, pois neste país o regional se dá em uma região dentro de um mesmo país, assim, o diferente está no mesmo, ou seja, temos uma língua diferente que está constituindo a mesma língua brasileira – o regional também representa o nacional. No caso do Uruguai, temos a mesma língua que constitui uma diferente – o regional representa o nacional uruguaio, mas não o nacional homogêneo desejado pelo peninsular. A denominação região do Rio da Prata retoma o nome do rio – Rio da Prata – que divide os países Argentina e Uruguai. Há também a bacia hidrográfica do Rio da Prata que abrange, além desses dois países, o Brasil e o Paraguai. Por isso, quando há referência a essa região, a esse espanhol, remete-se, principalmente, aos países Argentina e Uruguai. Temos, com isso, dois nacionais abarcados em um regional, duas nações consideradas em uma só região e isso nos faz refletir sobre a noção de fronteira. De acordo com Sturza (2006), devemos pensá-la como contato social e não somente como limites geopolíticos, pois temos a fronteira linguística que não se limita à demarcação geográfica, vai “além de suas margens territoriais” (STURZA, 2006, p. 31). A fronteira, por um lado, precisa de uma referência física – necessidade para a constituição de um Estado – e, por outro, tem um sentido “fluido” (STURZA, 2006, p. 31) de contato com as línguas. Talvez seja por essa noção que o sujeito dicionarista destaca uma região e não um país, uma língua regional e não nacional, uma fronteira entre a metrópole e a periferia. Sendo assim, podemos pensar na seguinte relação: de um lado, há uma Língua Espanhola peninsular, a qual a RAE fortalece como a unidade do espanhol; de outro lado, há peculiaridades dessa língua que observamos em diversos países de fala espanhola, sendo que o dicionário aqui analisado tenta dar conta da língua falada no Uruguai e, por extensão, da que é falada na região do Rio da Prata.

Com essas designações da língua, podemos dizer que temos, em relação à língua espanhola peninsular (de acordo com a RAE), o espanhol hispano-americano como

21 Tradução nossa: “[Há tipos de dicionários] que recolhem as características de uma *variedade* determinada do espanhol, neste caso, o espanhol rio-platense em sua versão uruguaia”.

característico da língua espanhola. Nesse viés, dentro da língua espanhola hispano-americana, temos especificidades regionais: o espanhol rio-platense e o espanhol uruguaio (que, dentro do regional, é uma língua nacional).

Na SD4, observamos que, de uma forma ou de outra, menciona-se e remete-se ao espanhol peninsular (espanhol da RAE) quando o sujeito dicionarista atribui ao dicionário da RAE um espaço onde aparecem as formas da língua espanhola e atribui ao DEU um espaço para as formas linguísticas regionais do Uruguai e de seus países fronteiriços. Nesse viés, percebemos o regional atuando sobre a nação uruguaia e contrastando com a metrópole espanhola. Com isso, temos o reforço para o regional, o diferente e a justificativa para a realização do DEU.

*SD4: Como se trata de un diccionario contrastivo, [...] en el DEU no aparecen las formas del español general, sino las peculiares de esta zona del mundo hispánico [...] o aquellas que, teniendo una misma forma poseen sin embargo una significación diferente en la variedad regional.*²²

Essa relação entre espanhol peninsular (apontado como o espanhol geral na SD4) e espanhol rio-platense nos remete à relação entre espanhol peninsular e espanhol hispano-americano que já vem sendo discutida nas teorias sobre metodologias para ensino de Língua Espanhola – qual espanhol ensinar na escola? Relação baseada em semelhanças, mas principalmente nas diferenças; e esse dicionário, o DEU, vem reforçar, não só a língua hispano-americana, mas a existência de uma fronteira bem específica.

Ao encontro disso, temos, na SD5, que a língua (falada) é importante para a construção da identidade do sujeito pertencente a uma região, a um país, a uma nação. A língua, a fala, o povo, o dicionário são nossos, além de serem uma identificação com o Estado.

*SD5: Que anuncia y ofrece algo tan de nosotros, como es nuestra habla, que sin ella no seríamos quienes somos ya que, ciertamente, significa uno de los trazos sustanciales del perfil del pueblo que nos identifica.*²³

A língua é a “expressão maior de um grupo social” (PETRI, 2008, p.237), no caso do estudo da referida autora, o grupo social se refere ao grupo específico sul-riograndense, mas também entendemos que a língua é a expressão maior da região específica do Uruguai, sendo ela a expressão do “povo” uruguaio. Nessa sequência

22 Tradução nossa: “Como se trata de um dicionário contrastivo [...], no DEU, não aparecem as formas do espanhol geral, mas as peculiares desta zona do mundo hispânico [...] ou aquelas que, tendo uma mesma forma, possuem, no entanto, significação diferente na variedade regional”.

23 Tradução nossa: “Que anuncia e oferece algo tão nosso como é nossa língua, que, sem ela, não seríamos quem somos, já que, certamente, significa um dos traços substanciais do perfil do povo que nos identifica”.

discursiva (SD5), temos a afirmação de que a língua é a identificação do sujeito com o Estado, do sujeito com a história e do sujeito com outros sujeitos.

Já na SD6, observamos a menção à história da constituição da língua nacional do Uruguai. O Uruguai foi um país de independência tardia, fato que abriu possibilidades para que outras línguas e culturas se instalassem na região por suas fronteiras físicas ainda não delimitadas. Também temos, nessa sequência, que a língua do Uruguai se constitui pela língua falada por qualquer sujeito que a adota como sua, uma característica do espanhol do Uruguai.

SD6: [...] *donde vive alguien que dice el habla nuestra, y ella ha recogido ecos, próximos o lejanos, que han conquistado un área de uso y comprensión, logrando así genuino sello de lenguaje uruguayo.*

Em dicionários que são produzidos por Academias, há autoria coletiva ou autoria do imaginário acadêmico sobre o imaginário de autor individual. De acordo com Orlandi (2007, p. 97), “o que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido”. A noção de autor é, portanto, uma função da noção de sujeito. Em vista disso, os dicionários das Academias promovem uma dispersão de sujeitos em espaços institucionais.

Para Nunes (2008, p. 110), “não se trata apenas de identificar o autor empírico e de construir uma biografia que o apresente, mas sim de observar e descrever o funcionamento discursivo da autoria em determinadas circunstâncias.”, como por exemplo, “de que modo emerge uma posição de autor”, “como essa autoria se modifica em certos momentos”, “como ela se institucionaliza ou não”.

Quem fala o espanhol rio-platense em sua versão uruguaia contribui para a constituição da língua do Uruguai. No entanto, a autoria que temos presente nesse dicionário é a de uma instituição que representa e regula a língua falada por todos. A língua dos uruguaios é essa que está nesse dicionário. O funcionamento da autoria, no DEU, indica o lugar dessa obra na sociedade: ser um instrumento onde está a afirmação de uma língua própria (dada pela Academia).

Na SD7, temos o período histórico que esse dicionário ocupa no que diz respeito à língua do Uruguai: primeiras décadas do século XX até a atualidade (século XXI). Temos, com isso, um século de história e temos também a existência de um *corpus* amplo e em uso. A partir disso, nos questionamos: Será que esse dicionário abrange todo o léxico desse intervalo de tempo?

SD7: [El DEU] *constituye un corpus amplio del léxico del habla uruguaya, en uso entre las primeras décadas del siglo XX y la actualidad.*

Podemos falar em efeito de completude dos sentidos nesse dicionário. O DEU pretende ser um dicionário contrastivo que abarca um século do uso da Língua Espanhola no Uruguai, para isso aborda o léxico de diversas fontes: escritas e orais, cultas e gírias, da cidade e do campo, etc. Os sentidos “estão em movimento dentro e fora do dicionário” (PETRI, 2010, p. 25). A língua não está pronta, completa, só porque

está nesse instrumento linguístico, ela se movimenta também nesse espaço. Tomando o dicionário como um instrumento linguístico e como materialidade discursiva, observamos que, nele, há produção de sentidos que, segundo Petri (2008, p. 241), extrapola “o uso comum que dele se faz” e revela “a excelência de seu papel também na constituição/instituição de uma memória”, ou seja, além de extrapolar o seu efeito de detentor dos sentidos, o dicionário também revela a memória do Uruguai, presente na fala e na escrita da língua.

Tendo como base as análises e reflexões que propomos acima, podemos pensar na seguinte relação: de um lado, há um espanhol geral, o qual a Real Academia Espanhola fortalece como sendo o espanhol culto, correto, o espanhol do ensino/aprendizagem, portanto, o espanhol da escola; de outro lado, há variedades desse espanhol que observamos em diversos países de fala espanhola, sendo a variedade desse dicionário a variedade rio-platense, na qual pertence o espanhol uruguaio. Podemos observar uma posição de lexicógrafo, distanciando-se da relação de pertencimento com a língua e promovendo um deslocamento da noção de “regional”, pois ao abranger o Rio da Prata ele sai da ideia de um regional interno a uma nação e expande para o além-fronteiras político; é para além de Espanha, mas é para além das fronteiras dos países hispano-americanos também. Por isso, podemos pensar que o *Diccionario del Español del Uruguay* está entre a língua nacional e a língua regional; porque para a constituição de um país é necessária uma língua nacional, mas a língua que está nesse instrumento linguístico “nacional” é uma variedade de língua da região da Prata e é essa variedade que dá o sentimento de pertencimento e a identificação dos sujeitos falantes com a nação uruguaia.

5. Considerações Finais

No *Diccionario del Español del Uruguay*, observamos a necessidade de afirmação de uma língua própria em um instrumento linguístico produzido em um país colonizado, em uma tentativa de instrumentalização da língua e com isso, a possibilidade dessa língua ser ensinada e aprendida. O DEU representaria o processo de colonização/descolonização linguística pelo qual o Uruguai está passando. Nesse âmbito, esse dicionário coloca a perspectiva do regional sobre o nacional, por isso, optamos pela designação regional – conhecer a língua com especificidade regional para conhecer a nacional. Percebemos que as palavras “língua”, “fala”, “variedade” e “regional” são as que mais se repetem nas sequências discursivas apresentadas, a partir disso verificamos a preocupação do DEU com a língua e em explicar o porquê do regional. Com essas repetições, há uma regularidade que corresponde a uma formação discursiva da colonização. Com isso, esse dicionário ocupa um lugar diferenciado para se pensar a língua e nos dá o efeito de completude da representação da língua, sobre o qual nos fala Orlandi (2002). Nesse dicionário, observamos que a língua nos é dada como transparente, como “nossa”, a qual identifica os sujeitos com o Estado. No entanto, retomando a questão de que se fala a mesma língua, mas se fala diferente, podemos pensar que o DEU mostra e reforça o diferente, fortalecendo um desejo de descolonização linguística.

A partir disso, quisemos apresentar, nesse trabalho, que há um imaginário que nos permite pensar em língua/linguagem regional, mas não em uma linguagem regional, como temos no Brasil e suas regiões. No Brasil, o regional é dentro da mesma nação, se dá “pela crença de que haveria uma nação imaginária (no interior de outra nação)” (PETRI, 2012, p. 32) e, no caso que apresentamos neste estudo, o regional é o de uma nação em contraste com outra; é resultado do processo de colonização/descolonização linguística que não cessa de se reinventar.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS DE URUGUAI. Diccionario del Español del Uruguay. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.
- AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências. Campinas: Editora RG, 2008.
- BERTOLLOTTI, Virginia.; COLL, Magdalena. Apuntes sobre el español en el Uruguay: historia y rasgos caracterizadores. Revista Ámbitos, n. 16, p. 31-40, 2006. Disponível em: <http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy/?page_id=56>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- DI RENZO, Ana Maria. O Estado, a Língua Nacional e a Construção da Políticas Linguísticas. Campinas : Pontes Editores, 2012.
- ELIZAINCÍN, Adolfo. Historia del español en el Uruguay. In: HERNÁNDEZ, C. (Org.) Historia y presente del español en América. Madrid: Junta de Castilla y León & Pabecal, 1992. Disponível em: <http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy/?page_id=502>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- GARATEA, Carlos. El *otro* en el contacto: Sobre alteridad e historia del español de América. Signo y Seña, n. 23, p. 39-62, julho de 2013. Disponível em: <<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/issue/view/5/showToc>> Acesso em: 10 ago. 2016.
- IZQUIERDO, Milagros Aleza; UTRILLA, José María. Introducción. In: _____. La lengua española en américa: Normas y usos actuales. Universitat de València: 2010. Livro eletrônico. Disponível em: <<http://www.uv.es/aleza>>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- LARA, Luis Fernando. Teoría del diccionario monolingüe. México: El Colegio de México, 1996.
- MARIANI, Bethania. Políticas de colonização linguística. Revista Letras, Santa Maria, n. 27, p. 73-82, jul/dez 2003. Disponível em:

<<http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900/7322%3E>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

NUNES, José Horta. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

_____. Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: O caso do dicionário. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Política lingüística no Brasil. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. Revista Letras, Santa Maria, nº 37, p. 107-124, jul./dez., 2008. Disponível em: <<http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/119821>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

OLIVER, Tomás Buesa; UTRILLA, José María. E. Léxico del español de América: su elemento patrimonial e indígena. Editorial MAPFRE: Madrid, 1992.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Língua e conhecimento lingüístico. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: O caso do dicionário. In: ORLANDI, E. P. (Org.). Política lingüística no Brasil. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: _____. Política lingüística no Brasil. Campinas: Pontes Editores, 2007a.

_____. Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. Análise do discurso: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

_____. Língua portuguesa e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009a.

_____. Língua e nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. Revista Línguas e instrumentos linguísticos. v. 23/24, p. 11-23, jan./jul., 2009b. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/edicao23_24.html>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

OROÑO, Mariela. La escuela pública uruguaya y el idioma nacional en dos períodos históricos: fines del siglo XIX y mediados del siglo XX. Revista Letras, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 217-250, jan./jun., 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/12182/7576>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

_____. La escuela y la lengua en la construcción discursiva de la identidad nacional: los libros de lectura usados en la escuela uruguaya en el último cuarto del siglo XIX. In: MASELLO, L. (Org.). Lenguas en la región: enseñanza e investigación para la integración desde la universidad. Montevideo: Universidad de la Republica, 2012.

PECHÊUX, Michel. (1975) Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. (1969) Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (Orgs). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel

Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PETRI, Verli. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. *Revista Letras*, Santa Maria, nº 37, p. 227-243, jul./dez., 2008. Disponível em:

<<http://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11989/7403>> Acesso em: 10 ago. 2015.

_____. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009.

_____. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*. Santa Maria: UFSM PPGL-Editores, 2010.

_____. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. *Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos*. n. 29, p. 23-37, jan./jun., 2012. Disponível em:

<<http://www.revistalinguas.com/edicao29/edicao29.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

RIVAROLA, José Luis. *La formación lingüística de Hispanoamérica*. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1990.

STURZA, Eliana. *Línguas de fronteiras e política de línguas: uma história das idéias lingüísticas*. 2006. 168 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

ZANDWAIS, Ana. Como caracterizar uma nação: entre os domínios históricos e discursivos. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.) *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: UFSM, 2013.